

FLÁVIO TARTUCE

# MANUAL DE DIREITO CIVIL

---

VOLUME ÚNICO

---

**14<sup>a</sup>**  
edição revista,  
atualizada  
e ampliada

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 26.12.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2024 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 - Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro - RJ - 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

T198m  
14. ed.

Tartuce, Flávio  
Manual de direito civil : volume único / Flávio Tartuce. - 14. ed., rev., atual. e  
ampl. - Rio de Janeiro : Método, 2024.  
1. 744 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5964-987-7

1. Direito civil - Brasil. I. Título.

23-87532

CDU: 347(81)



---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

# SUMÁRIO

---

<b>1 ESTUDO DA LEI DE INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1 Primeiras palavras sobre a Lei de Introdução .....	1
1.2 A Lei de Introdução e a Lei como fonte primária do Direito Brasileiro. A vigência das normas jurídicas (arts. 1.º e 2.º da Lei de Introdução).....	2
1.3 Características da norma jurídica e sua aplicação. Análise do art. 3.º da Lei de Introdução.....	7
1.4 As formas de integração da norma jurídica. Art. 4.º da Lei de Introdução.....	8
1.4.1 A analogia.....	11
1.4.2 Os costumes .....	12
1.4.3 Os princípios gerais de Direito .....	14
1.4.4 A equidade.....	18
1.5 Aplicação da norma jurídica no tempo. O art. 6.º da Lei de Introdução .....	19
1.6 Aplicação da norma jurídica no espaço. Os arts. 7.º a 19 da Lei de Introdução e o Direito Internacional Público e Privado .....	23
1.7 Estudo das antinomias jurídicas.....	31
1.8 Breve análise das inclusões feitas na Lei de introdução pela Lei 13.655/2018. repercussões para o Direito Público .....	34
<b>2 PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL DE 2002</b> .....	41
2.1 Introdução. Visão filosófica do Código Civil de 2002. As principais teses do Direito Civil contemporâneo.....	41
2.1.1 Direito Civil Constitucional .....	49
2.1.2 A eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	53
2.1.3 O diálogo das fontes .....	55
2.1.4 A interação entre as teses expostas e a visão unitária do ordenamento jurídico .....	60
2.1.5 A Reforma do Código Civil de 2002. A comissão de juristas nomeada no âmbito do Senado Federal, em 2023.....	60
2.2 Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa natural.....	61
2.2.1 Conceitos iniciais. A capacidade e conceitos correlatos.....	61
2.2.2 O início da personalidade civil. A situação jurídica do nascituro .....	63

2.2.3	Os incapazes no Código Civil de 2002.....	69
2.2.3.1	Dos absolutamente incapazes.....	73
2.2.3.2	Dos relativamente incapazes.....	76
2.2.4	A emancipação.....	79
2.2.5	Os direitos da personalidade em uma análise civil-constitucional. A ponderação de direitos e o seu tratamento no Código de Processo Civil de 2015.....	81
2.2.6	O domicílio da pessoa natural.....	131
2.2.7	A morte da pessoa natural. Modalidades e efeitos jurídicos.....	132
2.2.7.1	Morte real.....	132
2.2.7.2	Morte presumida sem declaração de ausência. A justificação.....	134
2.2.7.3	Morte presumida com declaração de ausência.....	135
2.2.7.4	A comoriência.....	139
2.2.8	O estado civil da pessoa natural. Visão crítica.....	140
2.3	Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa jurídica.....	146
2.3.1	Conceito de pessoa jurídica e suas classificações.....	146
2.3.2	Da pessoa jurídica de Direito Privado. Regras gerais e conceitos básicos. Análise do art. 44 do CC.....	149
2.3.3	Modalidades de pessoa jurídica de Direito Privado e análise de suas regras específicas.....	156
2.3.3.1	Das associações.....	156
2.3.3.2	Das fundações particulares.....	163
2.3.3.3	Das sociedades.....	165
2.3.3.4	Das corporações especiais. Partidos políticos e organizações religiosas.....	167
2.3.4	Do domicílio da pessoa jurídica de Direito Privado.....	169
2.3.5	Da extinção da pessoa jurídica de Direito Privado.....	169
2.3.6	Da desconsideração da personalidade jurídica.....	171
2.4	Parte geral do Código Civil de 2002. Dos bens. Objeto do direito.....	189
2.4.1	Primeiras palavras. Diferenças entre bens e coisas. A teoria do patrimônio mínimo.....	189
2.4.2	Principais classificações dos bens.....	195
2.4.2.1	Classificação quanto à tangibilidade.....	195
2.4.2.2	Classificação quanto à mobilidade.....	195
2.4.2.3	Classificação quanto à fungibilidade.....	197
2.4.2.4	Classificação quanto à consuntibilidade.....	197
2.4.2.5	Classificação quanto à divisibilidade.....	198
2.4.2.6	Classificação quanto à individualidade.....	199
2.4.2.7	Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados).....	200
2.4.2.8	Classificação em relação ao titular do domínio.....	204
2.4.3	Do bem de família. O tratamento dualista do sistema jurídico.....	206
2.4.3.1	Bem de família voluntário ou convencional.....	207
2.4.3.2	Bem de família legal.....	209

2.5	Parte geral do Código Civil de 2002. Teoria geral do negócio jurídico.....	220
2.5.1	Conceitos básicos. Fato, ato e negócio jurídico.....	220
2.5.2	Classificações do negócio jurídico .....	224
2.5.3	Elementos estruturais do negócio jurídico. A Escada Ponteana.....	226
2.5.3.1	Plano da existência .....	228
2.5.3.2	Plano da validade .....	229
2.5.3.3	Plano da eficácia .....	239
2.5.3.4	A Escada Ponteana e o direito intertemporal. Análise do art. 2.035, <i>caput</i> , do CC. Exemplos práticos.....	239
2.5.4	Estudo dos elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo.....	242
2.5.5	Vícios ou defeitos do negócio jurídico .....	247
2.5.5.1	Do erro e da ignorância.....	248
2.5.5.2	Do dolo .....	252
2.5.5.3	Da coação .....	254
2.5.5.4	Do estado de perigo .....	256
2.5.5.5	Da lesão .....	258
2.5.5.6	Da simulação. O enquadramento da reserva mental.....	262
2.5.5.7	Da fraude contra credores .....	267
2.5.6	Teoria das nulidades do negócio jurídico .....	278
2.5.6.1	Da inexistência do negócio jurídico .....	279
2.5.6.2	Da nulidade absoluta negócio jurídico nulo.....	279
2.5.6.3	Da nulidade relativa ou anulabilidade. Negócio jurídico anulável.....	286
2.5.6.4	Quadro comparativo. Negócio jurídico nulo (nulidade absoluta) × negócio jurídico anulável (nulidade relativa ou anulabilidade) .....	292
2.6	Prescrição e decadência .....	293
2.6.1	Introdução. Fórmula para diferenciar a prescrição da decadência.....	293
2.6.2	Regras quanto à prescrição.....	295
2.6.3	Regras quanto à decadência.....	320
2.6.4	Quadro comparativo. Diferenças entre a prescrição e a decadência....	322
<b>3</b>	<b>TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>325</b>
3.1	O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos .....	325
3.1.1	Elementos subjetivos da obrigação .....	327
3.1.2	Elemento objetivo ou material da obrigação.....	328
3.1.3	Elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação.....	329
3.2	Diferenças conceituais entre obrigação, dever, ônus e direito potestativo.....	331
3.3	As fontes obrigacionais no Direito Civil brasileiro.....	332
3.4	Breve estudo dos atos unilaterais como fontes do direito obrigacional .....	333
3.4.1	Da promessa de recompensa.....	334
3.4.2	Da gestão de negócios .....	335
3.4.3	Do pagamento indevido .....	336
3.4.4	Do enriquecimento sem causa.....	338

3.5	Principais classificações das obrigações. Modalidades previstas no Código Civil de 2002.....	341
3.5.1	Classificação da obrigação quanto ao seu conteúdo ou prestação .....	341
3.5.1.1	Obrigação positiva de dar.....	342
3.5.1.2	Obrigação positiva de fazer .....	347
3.5.1.3	Obrigação negativa de não fazer.....	349
3.5.2	Classificação da obrigação quanto à complexidade do seu objeto .....	349
3.5.2.1	Obrigação simples.....	349
3.5.2.2	Obrigação composta .....	350
3.5.3	Classificação das obrigações quanto ao número de pessoas envolvidas. Estudo das obrigações solidárias.....	352
3.5.3.1	Conceitos básicos e regras gerais (arts. 264 a 266 do CC) .....	352
3.5.3.2	Da solidariedade ativa (arts. 267 a 274 do CC).....	354
3.5.3.3	Da obrigação solidária passiva (arts. 275 a 285 do CC) .....	359
3.5.4	Classificação das obrigações quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional.....	366
3.6	O adimplemento das obrigações (teoria do pagamento).....	372
3.6.1	Primeiras palavras .....	372
3.6.2	Do pagamento direto .....	372
3.6.2.1	Elementos subjetivos do pagamento direto. O <i>solvens</i> e o <i>accipiens</i> . Quem paga e quem recebe.....	372
3.6.2.2	Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos do pagamento direto). O que se paga e como se paga.....	377
3.6.2.3	Do lugar do pagamento direto. Onde se paga .....	383
3.6.2.4	Do tempo do pagamento. Quando se paga.....	385
3.6.3	Das regras especiais de pagamento e das formas de pagamento indireto.....	386
3.6.3.1	Do pagamento em consignação (ou da consignação em pagamento).....	386
3.6.3.2	Da imputação do pagamento .....	391
3.6.3.3	Do pagamento com sub-rogação.....	392
3.6.3.4	Da dação em pagamento.....	395
3.6.3.5	Da novação.....	397
3.6.3.6	Da compensação.....	400
3.6.3.7	Da confusão.....	405
3.6.3.8	Da remissão de dívidas .....	405
3.7	Da transmissão das obrigações .....	406
3.7.1	Introdução .....	406
3.7.2	Da cessão de crédito .....	407
3.7.3	Da cessão de débito ou assunção de dívida.....	413
3.7.4	Da cessão de contrato.....	415
3.8	Do inadimplemento obrigacional. Da responsabilidade civil contratual.....	416
3.8.1	Modalidades de inadimplemento.....	416
3.8.2	Regras quanto ao inadimplemento relativo ou mora.....	419
3.8.3	Regras quanto ao inadimplemento absoluto da obrigação.....	425

3.8.4	Dos juros no Código Civil de 2002.....	430
3.8.5	Da cláusula penal.....	436
3.8.6	Das arras ou sinal.....	449
<b>4</b>	<b>RESPONSABILIDADE CIVIL.....</b>	<b>453</b>
4.1	Conceitos básicos da responsabilidade civil. Classificação quanto à origem (responsabilidade contratual x extracontratual). Ato ilícito e abuso de direito....	453
4.2	Elementos da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar....	466
4.2.1	Primeiras palavras conceituais .....	466
4.2.2	Conduta humana.....	467
4.2.3	A culpa genérica ou <i>lato sensu</i> .....	468
4.2.3.1	O dolo.....	468
4.2.3.2	Da culpa estrita ou <i>stricto sensu</i> .....	469
4.2.4	O nexo de causalidade.....	474
4.2.5	Dano ou prejuízo .....	483
4.2.5.1	Danos patrimoniais ou materiais .....	484
4.2.5.2	Danos morais.....	487
4.2.5.3	Danos estéticos.....	504
4.2.5.4	Danos morais coletivos .....	507
4.2.5.5	Danos sociais .....	508
4.2.5.6	Danos por perda de uma chance.....	514
4.2.5.7	Outras regras importantes quanto à fixação da indenização previstas no Código Civil de 2002.....	517
4.3	A classificação da responsabilidade civil quanto à culpa. Responsabilidade subjetiva e objetiva .....	521
4.3.1	Responsabilidade civil subjetiva .....	521
4.3.2	A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do CC. Aplicações práticas do dispositivo.....	521
4.3.3	A responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Principais regras específicas.....	530
4.3.3.1	A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta.....	530
4.3.3.2	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal.....	537
4.3.3.3	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio ou construção.....	539
4.3.3.4	A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios (defenestramento).....	540
4.3.3.5	A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte ...	541
4.4	Das excludentes do dever de indenizar .....	546
4.4.1	Da legítima defesa.....	546
4.4.2	Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente .....	547
4.4.3	Do exercício regular de direito ou das próprias funções.....	548
4.4.4	Das excludentes de nexo de causalidade .....	549
4.4.5	Da cláusula de não indenizar .....	549

<b>5</b>	<b>TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....</b>	<b>553</b>
5.1	Conceito de contrato. Do clássico ao contemporâneo. Do moderno ao pós-moderno.....	553
5.2	Principais classificações contratuais.....	556
5.2.1	Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas.....	556
5.2.2	Quanto ao sacrifício patrimonial das partes.....	556
5.2.3	Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato.....	557
5.2.4	Quanto aos riscos que envolvem a prestação.....	557
5.2.5	Quanto à previsão legal.....	558
5.2.6	Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. Contrato de adesão × contrato de consumo.....	560
5.2.7	Quanto à presença de formalidades ou solenidades.....	562
5.2.8	Quanto à independência contratual. Os contratos coligados ou conexos.....	562
5.2.9	Quanto ao momento do cumprimento.....	565
5.2.10	Quanto à pessoalidade.....	565
5.2.11	Quanto à definitividade do negócio.....	566
5.3	Princípios contratuais no Código Civil de 2002.....	566
5.3.1	Primeiras palavras.....	566
5.3.2	Princípio da autonomia privada.....	569
5.3.3	Princípio da função social dos contratos.....	574
5.3.4	Princípio da força obrigatória do contrato ( <i>pacta sunt servanda</i> ).....	586
5.3.5	Princípio da boa-fé objetiva.....	588
5.3.6	Princípio da relatividade dos efeitos contratuais.....	607
5.4	A formação do contrato pelo Código Civil.....	610
5.4.1	Fase de negociações preliminares ou de pontuação.....	611
5.4.2	Fase de proposta, policitação ou oblação.....	613
5.4.3	Fase de contrato preliminar.....	616
5.4.4	Fase de contrato definitivo.....	625
5.5	A revisão judicial dos contratos por fato superveniente no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor.....	625
5.5.1	Primeiras palavras.....	625
5.5.2	A revisão contratual por fato superveniente no Código Civil de 2002.....	626
5.5.3	A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor.....	637
5.6	Os vícios redibitórios no Código Civil.....	640
5.7	A evicção.....	646
5.8	Extinção dos contratos.....	656
5.8.1	Extinção normal dos contratos.....	656
5.8.2	Extinção por fatos anteriores à celebração.....	656
5.8.3	Extinção por fatos posteriores à celebração.....	659
5.8.4	Extinção por morte de um dos contratantes.....	671

<b>6</b>	<b>CONTRATOS EM ESPÉCIE (CONTRATOS TÍPICOS DO CC/2002)</b> .....	673
6.1	Da compra e venda (arts. 481 a 532 do CC) .....	673
6.1.1	Conceito e natureza jurídica .....	673
6.1.2	Elementos constitutivos da compra e venda .....	676
6.1.3	A estrutura sinalagmática e os efeitos da compra e venda. A questão dos riscos e das despesas advindas do contrato.....	681
6.1.4	Restrições à autonomia privada na compra e venda .....	683
6.1.4.1	Da venda de ascendente a descendente (art. 496 do CC) .....	683
6.1.4.2	Da venda entre cônjuges (art. 499 do CC) .....	687
6.1.4.3	Da venda de bens sob administração (art. 497 do CC) .....	688
6.1.4.4	Da venda de bens em condomínio ou venda de coisa comum (art. 504 do CC).....	689
6.1.5	Regras especiais da compra e venda .....	693
6.1.5.1	Venda por amostra, por protótipos ou por modelos (art. 484 do CC).....	693
6.1.5.2	Venda a contento e sujeita à prova (arts. 509 a 512 do CC) ...	694
6.1.5.3	Venda por medida, por extensão ou <i>ad mensuram</i> (art. 500 do CC).....	694
6.1.5.4	Venda de coisas conjuntas (art. 503 do CC).....	696
6.1.6	Das cláusulas especiais da compra e venda .....	697
6.1.6.1	Cláusula de retrovenda .....	698
6.1.6.2	Cláusula de preempção, preferência ou prelação convencional.....	700
6.1.6.3	Cláusula de venda sobre documentos .....	703
6.1.6.4	Cláusula de venda com reserva de domínio .....	704
6.2	Da troca ou permuta (art. 533 do CC).....	709
6.2.1	Conceito e natureza jurídica.....	709
6.2.2	Objeto do contrato e relação com a compra e venda .....	710
6.2.3	Troca entre ascendentes e descendentes .....	710
6.3	Do contrato estimatório ou venda em consignação (arts. 534 a 537 do CC) ...	711
6.3.1	Conceito e natureza jurídica .....	711
6.3.2	Efeitos e regras do contrato estimatório .....	712
6.4	Da doação (arts. 538 a 564 do CC) .....	713
6.4.1	Conceito e natureza jurídica .....	713
6.4.2	Efeitos e regras da doação sob o enfoque das suas modalidades ou espécies .....	716
6.4.2.1	Doação remuneratória.....	716
6.4.2.2	Doação contemplativa ou meritória .....	717
6.4.2.3	Doação a nascituro .....	717
6.4.2.4	Doação sob forma de subvenção periódica.....	718
6.4.2.5	Doação em contemplação de casamento futuro.....	718
6.4.2.6	Doação de ascendentes a descendentes e doação entre cônjuges.....	719
6.4.2.7	Doação com cláusula de reversão.....	721

6.4.2.8	Doação conjuntiva.....	722
6.4.2.9	Doação manual.....	723
6.4.2.10	Doação inoficiosa.....	723
6.4.2.11	Doação universal.....	727
6.4.2.12	Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.....	728
6.4.2.13	Doação a entidade futura.....	729
6.4.2.14	Doação famélica.....	729
6.4.3	Da promessa de doação.....	731
6.4.4	Da revogação da doação.....	732
6.5	Da locação de coisas no CC/2002 (arts. 565 a 578 do CC).....	735
6.5.1	Conceito, natureza jurídica e âmbito de aplicação.....	735
6.5.2	Efeitos da locação regida pelo Código Civil.....	736
6.6	Do empréstimo. Comodato e mútuo.....	739
6.6.1	Introdução. Conceitos básicos.....	739
6.6.2	Do comodato (arts. 579 a 585 do CC).....	739
6.6.3	Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC).....	746
6.7	Da prestação de serviço (arts. 593 a 609 do CC).....	751
6.7.1	Conceito e natureza jurídica.....	751
6.7.2	Regras da prestação de serviços no CC/2002.....	751
6.8	Da empreitada (arts. 610 a 626 do CC).....	758
6.8.1	Conceito e natureza jurídica.....	758
6.8.2	Regras da empreitada no CC/2002.....	759
6.9	Do depósito (arts. 627 a 652 do CC).....	765
6.9.1	Conceito e natureza jurídica.....	765
6.9.2	Regras quanto ao depósito voluntário ou convencional.....	767
6.9.3	Do depósito necessário.....	769
6.9.4	Da prisão do depositário infiel.....	770
6.10	Do mandato (arts. 653 a 692 do CC).....	771
6.10.1	Conceito e natureza jurídica.....	771
6.10.2	Principais classificações do mandato.....	775
6.10.3	Principais regras do mandato no CC/2002.....	777
6.11	Da comissão (arts. 693 a 709 do CC).....	785
6.12	Da agência e distribuição (arts. 710 a 721 do CC).....	788
6.13	Da corretagem (arts. 722 a 729 do CC).....	791
6.14	Do transporte (arts. 730 a 756 do CC).....	800
6.14.1	Conceito e natureza jurídica.....	800
6.14.2	Regras gerais do transporte no CC/2002.....	800
6.14.3	Do transporte de pessoas.....	804
6.14.4	Do transporte de coisas.....	809
6.15	Do seguro (arts. 757 a 802 do CC).....	812
6.15.1	Conceito e natureza jurídica.....	812

6.15.2	Regras gerais do seguro no CC/2002 .....	814
6.15.3	Do seguro de dano .....	826
6.15.4	Do seguro de pessoa .....	831
6.16	Da constituição de renda (arts. 803 a 813 do CC) .....	837
6.17	Do jogo e da aposta (arts. 814 a 817 do CC) .....	839
6.18	Da fiança (arts. 818 a 839 do CC) .....	842
6.18.1	Conceito e natureza jurídica .....	842
6.18.2	Efeitos e regras da fiança no CC/2002 .....	846
6.19	Da transação (arts. 840 a 850 do CC) .....	851
6.20	Do compromisso (arts. 851 a 853 do CC) .....	855
6.21	Do contrato de administração fiduciária de garantias (art. 853-A do CC) .....	859
<b>7</b>	<b>DIREITO DAS COISAS</b> .....	<b>863</b>
7.1	Introdução. Conceitos de direito das coisas e de direitos reais. Diferenças entre os institutos e suas características gerais .....	863
7.2	Principais diferenças entre os direitos reais e os direitos pessoais patrimoniais. Revisão do quadro comparativo .....	873
7.3	Da posse (arts. 1.196 a 1.224 do CC) .....	877
7.3.1	Conceito de posse e teorias justificadoras. A teoria da função social da posse .....	877
7.3.2	Diferenças entre a posse e a detenção. Conversão dos institutos .....	882
7.3.3	Principais classificações da posse .....	885
7.3.4	Efeitos materiais e processuais da posse .....	890
7.3.4.1	Efeitos da posse quanto aos frutos .....	890
7.3.4.2	Efeitos da posse em relação às benfeitorias .....	891
7.3.4.3	Posse e responsabilidades .....	893
7.3.4.4	Posse e usucapião. Primeira abordagem .....	894
7.3.4.5	Posse e Processo Civil. A faculdade de invocar os interditos possessórios .....	895
7.3.4.6	A legítima defesa da posse e o desforço imediato .....	905
7.3.5	Formas de aquisição, transmissão e perda da posse .....	906
7.3.6	Composse ou compossessão .....	909
7.4	Da propriedade .....	910
7.4.1	Conceitos fundamentais relativos à propriedade e seus atributos .....	910
7.4.2	Principais características do direito de propriedade .....	915
7.4.3	Disposições preliminares relativas à propriedade. A função social e socioambiental da propriedade .....	916
7.4.4	A desapropriação judicial privada por posse-trabalho (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º, do CC/2002) .....	925
7.4.5	Da propriedade resolúvel e da propriedade fiduciária .....	932
7.4.6	Formas de aquisição da propriedade imóvel .....	934
7.4.6.1	Das acessões naturais e artificiais .....	935
7.4.6.2	Da usucapião de bens imóveis .....	942
7.4.6.2.1	Generalidades .....	942
7.4.6.2.2	Modalidades de usucapião de bens imóveis .....	948

7.4.6.2.3	Usucapião imobiliária e direito intertemporal no Código Civil.....	962
7.4.6.2.4	A questão da usucapião de bens públicos.....	965
7.4.6.2.5	Da usucapião administrativa ou extrajudicial incluída pelo Código de Processo Civil de 2015. Análise com base nas alterações instituídas pela Lei 13.465/2017 e pela Lei 14.382/2022.....	966
7.4.6.3	Do registro do título.....	971
7.4.6.4	Da sucessão hereditária de bens imóveis.....	974
7.4.7	Formas de aquisição da propriedade móvel.....	974
7.4.7.1	Da ocupação e do achado do tesouro. O estudo da descoberta....	974
7.4.7.2	Da usucapião de bens móveis.....	977
7.4.7.3	Da especificação.....	979
7.4.7.4	Da confusão, da comistão e da adjunção.....	979
7.4.7.5	Da tradição.....	981
7.4.7.6	Da sucessão hereditária de bens móveis.....	983
7.4.8	Da perda da propriedade imóvel e móvel.....	983
7.4.9	Breve análise da Lei 13.465/2017 e suas principais repercussões para o direito de propriedade. A legitimação fundiária.....	987
7.5	Dos fundos de investimento e a inclusão do seu tratamento no Código Civil pela Lei 13.874/2019.....	993
7.6	Direito de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC).....	998
7.6.1	Conceitos básicos.....	998
7.6.2	Do uso anormal da propriedade.....	1000
7.6.3	Das árvores limítrofes.....	1002
7.6.4	Da passagem forçada e da passagem de cabos e tubulações.....	1003
7.6.5	Das águas.....	1007
7.6.6	Do direito de tapagem e dos limites entre prédios.....	1011
7.6.7	Do direito de construir.....	1012
7.7	Do condomínio.....	1016
7.7.1	Conceito, estrutura jurídica e modalidades.....	1016
7.7.2	Do condomínio voluntário ou convencional.....	1018
7.7.3	Do condomínio necessário.....	1021
7.7.4	Do condomínio edilício.....	1022
7.7.4.1	Regras gerais básicas. Instituição e constituição. A questão da natureza jurídica do condomínio edilício.....	1022
7.7.4.2	Direitos e deveres dos condôminos. Estudo das penalidades no condomínio edilício.....	1034
7.7.4.3	Da administração do condomínio edilício.....	1048
7.7.4.4	Da extinção do condomínio edilício.....	1055
7.7.4.5	Novas modalidades de condomínios instituídas pela Lei 13.465/2017. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples.....	1055
7.7.4.6	A multipropriedade ou <i>time sharing</i> . Estudo da Lei 13.777/2018.....	1062

7.8	Do direito real de aquisição do promitente comprador (compromisso de compra e venda de imóvel registrado na matrícula) .....	1076
7.9	Dos direitos reais de gozo ou fruição .....	1086
7.9.1	Generalidades .....	1086
7.9.2	Da superfície .....	1087
7.9.3	Das servidões .....	1092
7.9.4	Do usufruto .....	1098
7.9.5	Do uso .....	1106
7.9.6	Da habitação .....	1107
7.9.7	Das concessões especiais para uso e moradia. Direitos reais de gozo ou fruição criados pela Lei 11.481/2007 .....	1108
7.9.8	Do direito real de laje .....	1108
7.10	Dos direitos reais de garantia .....	1118
7.10.1	Princípios e regras gerais quanto aos direitos reais de garantia tratados pelo CC/2002 .....	1118
7.10.2	Do penhor .....	1122
7.10.3	Da hipoteca .....	1128
7.10.4	Da anticrese .....	1144
7.10.5	Da alienação fiduciária em garantia .....	1145
<b>8</b>	<b>DIREITO DE FAMÍLIA</b> .....	1187
8.1	Conceito de Direito de Família e seus princípios fundamentais .....	1187
8.1.1	Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988) .....	1188
8.1.2	Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988) .....	1193
8.1.3	Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC) .....	1194
8.1.4	Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC) .....	1194
8.1.5	Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC) .....	1195
8.1.6	Princípio do maior interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC) .....	1196
8.1.7	Princípio da afetividade .....	1197
8.1.8	Princípio da função social da família (art. 226, <i>caput</i> , da CF/1988) .....	1200
8.1.9	Princípio da boa-fé objetiva .....	1201
8.2	Concepção constitucional de família .....	1206
8.3	Do casamento (arts. 1.511 a 1.590 do CC) .....	1208
8.3.1	Conceito, natureza jurídica e princípios .....	1208
8.3.2	Capacidade para o casamento, impedimentos matrimoniais e causas suspensivas do casamento .....	1210
8.3.3	Do processo de habilitação e da celebração do casamento. Alterações promovidas pela Lei do SERP (Lei 14.382/2022). Modalidades especiais de casamento quanto à sua celebração .....	1219
8.3.3.1	Casamento em caso de moléstia grave (art. 1.539 do CC) .....	1227
8.3.3.2	Casamento nuncupativo (em viva voz) ou <i>in extremis vitae momentis</i> , ou <i>in articulo mortis</i> (art. 1.540 do CC) .....	1227

8.3.3.3	Casamento por procuração (art. 1.542 do CC).....	1229
8.3.3.4	Casamento religioso com efeitos civis (arts. 1.515 e 1.516 do CC).....	1229
8.3.4	Da invalidade do casamento.....	1230
8.3.4.1	Esclarecimentos necessários.....	1230
8.3.4.2	Do casamento inexistente.....	1231
8.3.4.3	Do casamento nulo.....	1234
8.3.4.4	Do casamento anulável.....	1238
8.3.4.5	Do casamento putativo.....	1244
8.3.5	Provas do casamento.....	1245
8.3.6	Efeitos pessoais do casamento e seus deveres .....	1246
8.3.7	Efeitos patrimoniais do casamento. Regime de bens.....	1248
8.3.7.1	Conceito de regime de bens e seus princípios. Da ação de alteração do regime de bens.....	1248
8.3.7.2	Regras gerais quanto ao regime de bens .....	1255
8.3.7.3	Regras quanto ao pacto antenupcial.....	1264
8.3.7.4	Regime de bens. Regras especiais.....	1267
8.3.8	Dissolução da sociedade conjugal e do casamento. Separação e divórcio.....	1278
8.3.8.1	Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela Emenda do Divórcio (EC 66/2010). Estudo atualizado diante do Código de Processo Civil de 2015.....	1278
8.3.8.2	Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010 .....	1297
8.3.8.2.1	O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato .....	1297
8.3.8.2.2	Manutenção do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010.....	1299
8.3.8.2.3	A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto.....	1302
8.3.8.2.4	Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal.....	1306
8.3.8.2.5	A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010 .....	1310
8.3.8.2.6	O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014).....	1313
8.3.8.2.7	Alimentos na dissolução do casamento e a Emenda do Divórcio.....	1336
8.4	Da união estável .....	1337
8.4.1	Conceito de união estável e seus requisitos fundamentais. Diferenças entre união estável e concubinato.....	1337

8.4.2	Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável.....	1350
8.4.3	A união homoafetiva e o seu enquadramento como união estável.....	1366
8.5	Relações de parentesco .....	1372
8.5.1	Conceito, modalidades e disposições gerais (arts. 1.591 a 1.595 do CC).....	1372
8.5.2	Filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC).....	1375
8.5.3	Reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC) .....	1398
8.5.3.1	Primeiras palavras. Modalidades de reconhecimento de filhos .....	1398
8.5.3.2	Reconhecimento voluntário ou perfilhação .....	1399
8.5.3.3	Reconhecimento judicial. Aspectos principais da ação investigatória.....	1401
8.5.4	Da adoção .....	1408
8.5.5	Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC). O problema da alienação parental.....	1418
8.6	Dos alimentos no Código Civil de 2002 .....	1427
8.6.1	Conceito e pressupostos da obrigação alimentar .....	1427
8.6.2	Características da obrigação de alimentos .....	1430
8.6.3	Principais classificações dos alimentos .....	1442
8.6.4	Extinção da obrigação de alimentos .....	1451
8.7	Da tutela e da curatela.....	1453
8.7.1	Primeiras palavras .....	1453
8.7.2	Da tutela.....	1457
8.7.3	Da curatela.....	1466
<b>9</b>	<b>DIREITO DAS SUCESSÕES .....</b>	<b>1487</b>
9.1	Conceitos fundamentais do Direito das Sucessões .....	1487
9.2	Da herança e de sua administração.....	1494
9.3	Da herança jacente e da herança vacante.....	1497
9.4	Da vocação hereditária e os legitimados a suceder .....	1502
9.5	Da aceitação e renúncia da herança.....	1506
9.6	Dos excluídos da sucessão. Indignidade sucessória e deserdação. Semelhanças e diferenças .....	1512
9.7	Da ação de petição de herança .....	1517
9.8	Da sucessão legítima .....	1522
9.8.1	Panorama geral das inovações introduzidas pelo CC/2002. Primeiras anotações sobre a decisão do STF a respeito da inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil .....	1522
9.8.2	Da sucessão dos descendentes e a concorrência do cônjuge. Análise crítica, com a inclusão do companheiro na norma, diante da decisão do STF, de maio de 2017 ( <i>Informativo</i> n. 864 da Corte).....	1529
9.8.3	Da sucessão dos ascendentes e a concorrência do cônjuge ou companheiro .....	1539
9.8.4	Da sucessão do cônjuge ou companheiro, isoladamente.....	1541
9.8.5	Da sucessão dos colaterais.....	1547

9.8.6	Da sucessão do companheiro. O polêmico art. 1.790 do CC e suas controvérsias principais até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. As primeiras decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. Análise do direito real de habitação do companheiro.....	1549
9.8.7	Do direito de representação.....	1564
9.9	Da sucessão testamentária.....	1566
9.9.1	Conceito de testamento e suas características. Regras fundamentais sobre o instituto.....	1566
9.9.2	Das modalidades ordinárias de testamento.....	1572
9.9.2.1	Do testamento público.....	1575
9.9.2.2	Do testamento cerrado.....	1578
9.9.2.3	Do testamento particular.....	1581
9.9.3	Das modalidades especiais de testamento.....	1586
9.9.3.1	Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico.....	1587
9.9.3.2	Do testamento militar.....	1587
9.9.4	Do codicilo.....	1588
9.9.5	Das disposições testamentárias.....	1589
9.9.6	Dos legados.....	1597
9.9.6.1	Conceito e espécies.....	1597
9.9.6.2	Dos efeitos do legado e do seu pagamento.....	1599
9.9.6.3	Da caducidade dos legados.....	1600
9.9.7	Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários.....	1601
9.9.8	Das substituições testamentárias.....	1603
9.9.9	Da redução das disposições testamentárias.....	1606
9.9.10	Da revogação do testamento. Diferenças fundamentais em relação à invalidade.....	1607
9.9.11	Do rompimento do testamento.....	1609
9.9.12	Do testamenteiro.....	1612
9.10	Do inventário e da partilha.....	1614
9.10.1	Do inventário. Conceito, modalidades e procedimentos.....	1614
9.10.1.1	Do inventário judicial.....	1617
9.10.1.1.1	Inventário judicial pelo rito ou procedimento tradicional (inventário comum).....	1618
9.10.1.1.2	Inventário judicial pelo rito sumário.....	1644
9.10.1.1.3	Inventário judicial pelo rito do arrolamento comum.....	1648
9.10.1.2	Do inventário extrajudicial, pela via administrativa ou por escritura pública.....	1650
9.10.2	Da pena de sonogados.....	1659
9.10.3	Do pagamento das dívidas.....	1662
9.10.4	Da colação ou conferência.....	1664
9.10.5	Da redução das doações inoficiosas.....	1670
9.10.6	Da partilha.....	1671
9.10.6.1	Da partilha amigável ou extrajudicial.....	1672

9.10.6.2	Da partilha judicial.....	1673
9.10.6.3	Da partilha em vida.....	1679
9.10.7	Da garantia dos quinhões hereditários. A responsabilidade pela evicção.....	1680
9.10.8	Da anulação, da rescisão e da nulidade da partilha.....	1681
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>		<b>1685</b>